ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

ACEITO EM	/	/2025	ATA
APROVADO EM	/	/2025	
REJEITADO EM	/	/2025	
ARQUIVO			

REQUERIMENTO Nº 438 /2025

PROTOCOLADO SOB Nº 4160 /2025

EM 30/05/2025

Exmo. Sr. Presidente,

Os Vereadores que abaixo assinam requerem, após ouvida a Casa na forma regimental, que seja realizada Audiência Pública, com a convocação das autoridades competentes, em especial o IBAMA, Polícia Federal, Ministério Público Federal, Patrulha Ambiental da Brigada Militar (PATRAM) e Fórum da Lagoa dos Patos, para tratar sobre o tema "Operações contra a atividade pesqueira e industrial do RS".

Rio Grande, 28 de maio de 2025.

Ver. Glauber Nunes Pedroso
PT

Ver. Fábio de Oliveira Domingues (Fabinho)
PSD

Ver. Nilton Mendes Machado
Republicanos

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

ACEITO EM	/	/2025	ATA
APROVADO EM	/	/2025	
REJEITADO EM	/	/2025	
ARQUIVO			

REQUERIMENTO Nº _____/2025

PROTOCOLADO SOB Nº_____/2025

EM __/___/2025

Justificativa:

O presente requerimento busca viabilizar a realização de uma Audiência Pública para tratar do tema "Operações contra a atividade pesqueira e industrial do RS".

A proposição fundamenta-se na necessidade de ampliar o diálogo entre os setores públicos, privados e comunitários diretamente impactados pelas recentes operações de fiscalização ambiental e industrial no Estado do Rio Grande do Sul. Reconhecendo a importância das ações voltadas à preservação ambiental e ao cumprimento da legislação, é igualmente essencial garantir a transparência dos procedimentos, bem como assegurar que os direitos das comunidades pesqueiras e do setor industrial sejam respeitados, evitando prejuízos econômicos e sociais desproporcionais.

Além disso, a atividade pesqueira representa não apenas uma relevante fonte econômica para diversas famílias rio-grandinas, mas também integra o patrimônio cultural e tradicional das comunidades ribeirinhas, especialmente na região da Lagoa dos Patos. Da mesma forma, a indústria local precisa operar em conformidade com normas claras e proporcionais, assegurando empregos, arrecadação fiscal e desenvolvimento sustentável.

A audiência proposta permitirá a escuta dos diferentes atores envolvidos, oportunizando esclarecimentos sobre os objetivos, métodos e resultados das operações, bem como oferecendo espaço para que os afetados possam apresentar suas demandas e preocupações. Espera-se, ainda, que desse debate possam surgir sugestões para aprimorar a fiscalização, de forma a compatibilizar a proteção ambiental com a continuidade das atividades produtivas e a promoção do desenvolvimento regional.